

Reforma também no Congresso

Anuncia-se que os novos presidentes da Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Magalhães, e do Senado Federal, José Sarney, estão preparando um grande projeto, a ser apresentado ao Congresso nos próximos dias, com o objetivo de modernizar o Congresso Nacional e tornar suas decisões mais ágeis.

Serão alterados, entre outras coisas, a fórmula de aprovação das medidas provisórias editadas pelo governo; o regimento interno para facilitar a tramitação das matérias legislativas, projetos de lei e emendas constitucionais; tudo o que trata da discussão, emenda e aprovação do Orçamento da União; o poder dos colégios de líderes.

A reformulação dos procedimentos do Congresso é tão ou mais importante até que a própria revisão constitucional, porque, como está atuando hoje, o Legislativo não cumpre com perfeição as suas principais funções de fazer as leis do País e de fiscalizar os atos do Executivo. A lentidão com que tramitam nas duas casas os projetos de lei leva o governo a abusar da edição de medidas provisórias, o que não é bom para o sistema democrático. E emperra muitas iniciativas do Executivo que precisavam ser adotadas com urgência.

Veja-se o caso da Lei de Concessões de Serviços Públicos sancionada ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e que permitirá à iniciativa privada substituir o governo, sem recursos para isto, em investimentos em infra-estrutura econômica, nas áreas de transporte, portos, energia elétrica, telecomunicações entre outras. O projeto, apresentado pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso quando ainda era senador, demorou quatro anos pa-

ra ser aprovado. Se o Congresso tivesse sido mais ágil e eficiente, muitos dos serviços públicos, hoje em situação precária por falta de recursos públicos para ampliá-los ou melhorá-los, estariam em muito melhor situação.

É o mesmo caso do novo Código de Propriedade Intelectual, cuja aprovação interessa ao Brasil por dois motivos: primeiro, porque atrairá mais investimentos em pesquisa científica e tecnológica para o País e facilitará o acesso do Brasil a várias novas descobertas nessas áreas; e, segundo, porque eliminará, definitivamente, uma das maiores fontes de atritos nas relações entre Brasil e Estados, responsável por seguidas ameaças de retaliação contra as nossas exportações para o mercado norte-americano. O projeto do novo código foi apresentado ainda pelo presidente Collor, há mais de três anos, e não há sinais de que possa vir a ser aprovado rapidamente. O que é grave pois os Estados Unidos irão analisar, em julho, pedidos de punição ao Brasil por falta dessa lei de proteção de patentes.

Essas modificações que o senador Sarney e o deputado Magalhães querem introduzir nos métodos de trabalho no Congresso não são apenas necessárias mas também muito urgentes. Sem elas, a tramitação das emendas constitucionais que o presidente Fernando Henrique Cardoso irá apresentar depois de amanhã poderá ser bastante demorada — entre 60 e 90 dias em cada uma das Casas do Congresso se não houver nenhuma pressão contrária —, atrasando, com riscos para o Plano Real, o momento em que o Brasil estará preparado institucionalmente para entrar na era moderna.